



Diretores da UMPL (União Mundial dos Profissionais Liberais) se reúnem na França



Na foto , ao centro o Presidente da UMPL Eric Thiry ,ao lado de Carlos Alberto Schimdt (Pres. da CNPL) e Luiz Sergio da R. Lopes (Vice-Presidente CNPL e Pres. Federação) ,também ladeados por parte da diretoria.

A diretoria executiva da União Mundial das Profissões Liberais - UMPL, esteve reunida no dia 30/3, por 8 horas, onde foram repassados assuntos que fazem parte da ordem do dia na Europa, referente ao ajuste econômico. Também foi definido a realização da assembléia geral da entidade, a ser realizada na Tunísia, nos dias 9,10 e 11 de outubro vindouro, bem como,será divulgado um documento em solidariedade ao povo tunisino, contra o covarde atentado terrorista ao Museu do Bardo na Tunísia.

Fonte: Fedcont RJ, ES E Ba 31/03/2015

MP do seguro-desemprego será discutida com ministros e trabalhadores



Edilson Rodrigues/Agência Senado

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 665/2014 aprovou nesta quarta-feira (25) requerimentos para a realização de audiências públicas com especialistas e representantes do governo e dos trabalhadores. A MP, que faz parte do pacote de ajuste fiscal enviado pelo Executivo, dificulta o acesso ao seguro-desemprego, entre outras mudanças em direitos trabalhistas.

No dia 7 de abril, a comissão discutirá a proposta com entidades sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Por sua vez, professores e especialistas dos Departamentos Intersindicais de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e de Assessoria Parlamentar (Diap) serão ouvidos pelo colegiado em 8 de abril.

Já a audiência com a participação de ministros, que será realizada em conjunto com a comissão mista que analisa a medida provisória (MP 664/14) que altera direitos previdenciários, ocorrerá no dia 9 de abril. Serão convidados os ministros do Planejamento, Nelson Barbosa; da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas; do Trabalho, Manoel Dias; e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto.

Outros debates

De acordo com o relator, senador Paulo Rocha (PT-PA), não estão descartados outros debates. Segundo ele, a comissão pode até pedir mais tempo para examinar a matéria.

— Temos de consolidar uma massa crítica aqui na comissão para entregar ao Plenário do Congresso uma proposta que vá ao encontro do ajuste fiscal da economia, mas sem retirar o direito dos trabalhadores — afirmou Rocha.

O senador José Pimentel (PT-CE), autor de um dos requerimentos, também defendeu a realização de audiências com todos os interessados e lembrou que a MP 665 recebeu até o momento 233 emendas.

— Precisamos avançar nas discussões — afirmou.

Por sua vez, o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP) disse que, por se tratar de ações que “atacam os trabalhadores”, vai trabalhar para derrubar a MP.

— O governo joga toda a crise nas costas dos trabalhadores — criticou, acrescentando que, além disso, o texto é inconstitucional.

26% ou 43%?

Representantes do governo e sindicalistas divergem quanto ao número de trabalhadores que seriam atingidos pela medida.

Se as regras da MP estivessem em vigor no ano passado, cerca de 2,2 milhões de trabalhadores (26%) não teriam conseguido receber nenhuma parcela do seguro-desemprego, conforme Márcio Alves Borges, coordenador-geral do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e Identificação Profissional, do Ministério do Trabalho. A declaração foi feita na terça-feira (24) em audiência pública da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.

Entidades sindicais alegam, no entanto, que o percentual chega a 43%, com base em um estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) divulgado em janeiro.

Segundo Márcio Alves Borges, os mais atingidos são os jovens e aqueles que trabalham em setores de alta rotatividade, como agricultura e construção civil.

Fonte: Da Agência Câmara - Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado) 25/03/2015

Governo apresenta pacote anticorrupção

Entre as medidas anunciadas está a criminalização do caixa 2 de campanha eleitoral e do enriquecimento ilícito, além da elaboração de projeto de lei de ficha limpa válido para os cargos de confiança no âmbito do Poder Executivo. Durante cerimônia de lançamento do pacote anticorrupção, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou que o governo da presidente Dilma Rousseff não tolera a corrupção. De acordo com o ministro, o governo "tem coragem" para criar mecanismos contra a corrupção e "expor à luz do sol os malefícios". Cardozo chamou ainda de "legítima insatisfação" a reação da população ao tomar conhecimento desses fatos. "Colocar à luz do sol o problema é um risco. E, presidente, você tem corrido esse risco", disse, ressaltando que Dilma sempre determinou a apuração das denúncias e que o mal seja cortado "pela raiz." A corrupção é um mal intolerável. Desviar dos cofres públicos recursos que seriam destinados a serviços essenciais é algo não só eticamente reprovável, mas que também agrava a própria exclusão social", continuou Cardozo. "Cada centavo desviado retira quantidade e qualidade dos serviços públicos e dos que os necessitam." Ele expôs as medidas que serão encaminhadas ao Congresso. Primeiro, um projeto que criminaliza a prática do caixa 2 eleitoral.

Também consta do rol de propostas a criminalização do enriquecimento ilícito, além da elaboração de projeto de lei de ficha limpa válido para os cargos de confiança no âmbito do Poder Executivo. "Todos sabemos que a não contabilização de despesas de campanhas eleitorais marcha contra a transparência e controle e flerta com a criminalidade. A legislação brasileira até hoje não tem uma lei que tipifique como crime o caixa 2 eleitoral", declarou Cardozo.

"O servidor público que não demonstra a origem dos seus bens deve ser criminalizado", acrescentou, ao anunciar que Dilma pediria urgência constitucional para um projeto que criminaliza o enriquecimento ilícito.

O pacote anticorrupção também inclui a apresentação de proposta de emenda constitucional que permita o confisco de bens oriundos de atividade criminosa,

improbidade e enriquecimento ilícito e a edição de um decreto que regulamenta a lei anticorrupção.

As medidas anunciadas na cerimônia foram construídas pelos ministérios da Justiça, Casa Civil, Planejamento, Controladoria-Geral da União (CGU) e Advocacia Geral da União .

Durante a solenidade, Cardozo também informou que será criado um grupo de trabalho coordenado pelo Ministério da Justiça para discutir propostas para tornar mais ágeis processos judiciais que envolvam a prática de ilícitos contra o patrimônio público. "É preciso dotar o Poder Judiciário de estruturas que possam punir com celeridade os acusados", justificou. De acordo com ele, todos que podem contribuir no combate à corrupção devem ser chamados para o diálogo.

Fonte: Isto é Dinheiro e Infomativo Cruzeiro Sistemas 26/03/2015

Dilma promete a Lula e ao PT que vai rever pontos do ajuste fiscal

A presidente sinalizou que estaria disposta a mudar medidas provisórias que restringem direitos trabalhistas

São Paulo e Brasília - A presidente Dilma Rousseff comunicou ao PT e ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que está disposta a mudar as medidas provisórias 664 e 665, que restringem a concessão de benefícios trabalhistas e integram o ajuste fiscal proposto pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Dilma não detalhou quais pontos estaria disposta a ceder, mas o comunicado é visto com otimismo pelo PT. As MPs 664 e 665 são apontadas pela sigla como o principal motivo de desgaste da presidente neste início de segundo mandato, maior até do que as denúncias de corrupção na Petrobras reveladas pela Operação Lava Jato. A disposição de Dilma em reduzir o corte é vista como indício de uma reação política. Se mantidas como estão, as MPs renderiam uma economia de R\$ 18 bilhões ao ano para o governo.

Um dirigente petista afirma reservadamente que as denúncias sobre a Petrobras já eram públicas durante a campanha eleitoral enquanto as medidas de ajuste fiscal pegaram de surpresa tanto o partido da presidente quanto os movimentos sociais, em especial sindicatos, que gravitam no entorno do partido. Pesquisas internas mostram que parte do eleitorado petista considerou as MPs um "estelionato eleitoral".

Em um evento da campanha de 2014 em Campinas (SP), Dilma foi questionada sobre a possibilidade de mudar direitos trabalhistas e respondeu: "nem que a vaca tussa". Nos protestos que levaram multidões às ruas no dia 15 de março, vários manifestantes abordaram o tema em cartazes com a frase: "a vaca tossiu".

Além disso, as medidas provocaram distanciamento entre Dilma e os movimentos historicamente ligados ao PT que também protestaram nas ruas contra as medidas, dois dias antes.

Acerto de ponteiros

Na noite desta segunda-feira, 23, mais de 20 parlamentares petistas participaram de um reunião com ministros da equipe econômica para discutir as MPs. O líder do PT na Câmara, Sibá Machado (AC), afirmou que defenderá na próxima reunião da bancada que as duas medidas provisórias sejam aprovadas tais quais editadas pelo Executivo, mas ponderou que ainda não existe posição fechada e que a legenda

pode pedir alterações pontuais. "Os parlamentares estão mais tranquilos", disse Sibá.

A necessidade de Dilma recuar diante das MPs foi objeto de reuniões do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, e do senador Paulo Paim (PT-RS) com o presidente nacional do PT, Rui Falcão, e com Lula, ontem, em São Paulo. Lula está agindo para evitar que as medidas gerem uma debandada de aliados históricos e quadros políticos do PT. Durante a conversa, que aconteceu na sede do Instituto Lula, na zona sul, a dupla falou da dificuldade de manter na base o apoio ao governo se não houver uma mudança significativa no projeto. Lula concordou com a análise e afirmou que o Planalto vai discutir esses temas.

Insatisfeito com o PT desde a campanha eleitoral, Paim tem sinalizado a possibilidade de deixar a legenda se as MPs forem aprovadas e deixou claro que não irá apoiá-las. Ao saber da insatisfação do parlamentar, PSB, Solidariedade, PMDB e PDT se ofereceram para abrigá-lo.

Ao deixar a sede do Instituto Lula, Paim disse que ficou "esperançoso" com a conversa. Segundo ele, o ex-presidente se comprometeu a colaborar na negociação com o governo e incluiu outra demanda histórica do movimento sindical, o fim do fator previdenciário, na relação de temas que o governo deveria renegociar.

A preocupação agora é que Dilma não repita no caso das MPs a "barbearagem" cometida no anúncio do recuo da correção da tabela do Imposto de Renda, demanda histórica do movimento sindical cujo anúncio foi feito sem a presença de sindicalistas.

Em fevereiro, Dilma já havia sinalizado que o conteúdo das MPs não era estanque. "Estamos aperfeiçoando a legislação (de benefícios trabalhistas) porque ela tem que ser aperfeiçoada. Assim como fizemos com o Bolsa Família. Acho que sempre há negociação. Ninguém acha que em um País democrático como o Brasil, que tem um Congresso livre, que tem movimentos sociais sendo ouvidos e com os quais você dialoga, seja algo fechado, que não há negociação", disse a presidente a jornalistas após uma cerimônia diplomática no Palácio do Planalto.

A disposição de recuar na questão dos benefícios ocorre no momento em que Dilma enfrenta uma rebelião da base no Congresso, manifestações que pedem sua saída e os piores índices de aprovação desde que assumiu o governo. Segundo levantamento CNT/MDA divulgado na segunda-feira, 65% dos eleitores consideram o governo ruim ou péssimo contra apenas 11% que avaliam a administração como ótima ou boa.

Fonte: Agência Estado 24/03/2015

Impactos sociais referentes à edição de Medidas Provisórias foi tema de audiência pública na Câmara dos Deputados

A Confederação Nacional das Profissões Liberais - CNPL, através de requerimento do deputado Lincoln Portela, aprovado pela Comissão de Participação Legislativa - CLP, da Câmara dos Deputados, aprovado pelo seu presidente, deputado Fábio Ramalho, realizou neste dia 24/3, no Plenário 3, da ala das Comissões, audiência pública destinada a debater os "Impactos Sociais Referentes à Edição de Medidas Provisórias".

Segundo o relator do requerimento, deputado Lincoln Portela, a realização da audiência pública solicitada pela CNPL é pertinente e merecedora de toda a atenção, pois trata de matéria de interesse do parlamento e da sociedade brasileira.

"Vale mencionar que a proposta de discutir temas de natureza trabalhista, além de questões atinentes ao amparo social do estado aos trabalhadores, com observância aos ditames constitucionais é, indubitavelmente, relevante e condizente com o papel dessa Casa de Leis" disse o parlamentar.

Para o presidente da CNPL, Carlos Alberto Schmitt de Azevedo, "faz-se necessário abrir a discussão relativa a medidas provisórias e outras normas que versem a respeito das questões trabalhistas e previdenciárias do País, bem como sua aplicação para os dias de hoje e para as gerações futuras", afirmou. Ainda de acordo com Azevedo, a proteção social do estado é o tema recorrente em várias proposições que tramitam no âmbito das duas Casas Legislativas, o que reforça a necessidade de uma reflexão maior tanto por parte dos parlamentares, quanto da sociedade.

"Nós, da CNPL, estamos permanentemente em sintonia com a sensibilidade dessa Comissão em acatar temas de interesse dos profissionais liberais, como foi o caso do PL 4330, que trata da Terceirização e que voltará a ser debatido nessa Casa. Sempre entendemos que as grandes questões nacionais e principalmente as que dizem respeito aos trabalhadores, como é o caso dessas MP's, devem ser debatidas e encaminhadas através das casas legislativas, evitando-se ao máximo que tenhamos que buscar a Justiça como forma de resolução dessas questões, a não ser em última instância", reforçou o presidente de CNPL.



Discussão técnica

Dentro da proposta da CNPL de se privilegiar o debate técnico em relação aos impactos das MP's, foram convidados para compor a mesa de discussões a Dra Noêmia Aparecida Porto, Secretária-Geral da ANAMATRA - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; Antônio Augusto de Queiroz, Diretor de Documentação do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar; Lilian Marques, Assessora Técnica do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos; José Reginaldo Inácio, Secretário de Educação da CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e Zilmara Alencar, consultora especializada em Relações de Trabalho e Assessora Jurídica d CNPL, que traçaram um amplo painel técnico e jurídico em relação ao tema.

Em um ponto, todos os debatedores tiveram convergência de opiniões: quanto à inconstitucionalidade das Medidas Provisórias editadas pelo governo, tanto quanto pelo seu caráter perverso, socialmente falando. “Em nome da governabilidade e de ajustes econômicos, decidiu-se que essa conta de R\$ 18 bilhões, necessárias para auxiliar na obtenção de um superávit primário deveria ser paga pelos trabalhadores, nem que para isso fosse necessário apresentar medidas provisórias com sérios vícios, tanto na forma, quanto na sua constitucionalidade”, disse Antônio Queiroz, do DIAP.

Noêmia Aparecida Porto, Secretária-Geral da ANAMATRA, desatacou o enorme retrocesso social promovido com a edição das medidas, além do enorme despreço pelo diálogo demonstrado pelo governo. “Houve uma opção política flagrante pela redução dos direitos humanos e trabalhistas, com o agravante de gerar precarização nas relações de trabalho. Nesse sentido, o posicionamento da ANAMATRA só pode ser contrário à aprovação dessas MP’s.”, determinou a magistrada.

Para o Secretário de Educação da CNTI, Reginaldo Inácio, todos os requisitos de admissibilidade necessários para a edição de medidas provisórias passaram ao largo das MP’s 664 e 665. “É lamentável que sob a desculpa de se combater fraudes e ilegalidades, em nome da governabilidade, se promovam negociações espúrias com setores do neoliberalismo, em tudo opostos às propostas definidas pelo próprio governo. Sob esse ponto de vista, em nome do movimento sindical no qual milito, ao qual represento, entendo não haver margem para nenhum tipo de negociação nos termos propostos”, enfatizou Inácio.

Lilian Marques, Assessora Técnica do DIEESE, apresentou números alarmantes que desnudam a falta da ação protetiva do estado nas relações de trabalho, ausência de regramentos, excesso da rotatividade, aumento excessivo da informalidade, deixando uma enorme legião de trabalhadores brasileiros desprotegidos tanto no que diz respeito às questões trabalhistas, quanto previdenciárias.

Na conclusão dos debates, a assessora jurídica da CNPL, Zilmara Alencar reforçou a importância de o parlamento estar servindo de palco para a resolução deste conflito que tantos malefícios e inseguranças vêm trazendo para o universo do trabalho brasileiro.

“Todos que aqui falaram, de muitas formas, apontaram erros, vícios e a própria inconstitucionalidade dessas medidas. No nosso entender, essas MP’s não devem sequer ir a votação. Devem ser retiradas e o governo, após ampla consulta e discussão com toda a sociedade e com seus representantes legais e mediante consenso, aí sim, rerepresentar propostas dentro de parâmetros de legalidade e justiça social”, enfatizou Zilmara Alencar.

Ao encerrar a audiência pública, o deputado Lincoln Portela recomendou à secretaria geral da Comissão que providenciasse meios de proporcionar uma ampla difusão dos temas debatidos.

“Temos de fazer chegar ao executivo, aos demais colegas parlamentares, ao poder judiciário, ao conjunto do movimento sindical, à grande mídia, enfim à toda a sociedade, as valiosas informações que foram discutidas aqui hoje no âmbito dessa audiência pública. São informações por demais valiosas para que fiquem restritas apenas ao que dela participaram”, concluiu o parlamentar.

Fonte: Assessoria de Imprensa / Comitê de Divulgação CNPL /2015

Debate sobre redução de direitos previdenciários e Trabalhistas ma CLP da Câmara dos Deputados



A Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, promoverá, amanhã, dia 24/3, à partir das 14h30, no Plenário da Comissão de Legislação Participativa – CLP, da Câmara dos Deputados, um “Debate sobre a Redução de Direitos Previdenciários e Trabalhistas”, sob prevalência dos aspectos técnicos que vêm embasando as tomadas de decisões referentes às políticas sociais e trabalhistas pelo poder público em relação aos trabalhadores brasileiros.

Dentre as questões que compõem a proposta do debate, se encontram as MP’s 664 e 665, editadas no final do ano passado, sem consultas às entidades sindicais e muito menos aos parlamentares. As medidas propostas pelo governo, que mexeram fortemente com os direitos dos trabalhadores motivaram, além dos protestos veementes, uma série de Ações Diretas de Inconstitucionalidade – ADIN’s, no STF – Supremo Tribunal Federal, interpostas pelo movimento sindical e também por alguns partidos políticos.

Embora se junte aos protestos e também condene veementemente a edição das tais medidas, a CNPL - Confederação Nacional das Profissões Liberais optou por procurar o parlamento para, sob um viés eminentemente técnico debater não só a pertinência e legalidade de tais medidas, como através da discussão aprofundada, buscar embasamento para a rejeição das mesmas. Nessa linha de pensamento e ação, a entidade foi, juntamente com o DIAP, DIEESE e OAB, proponente de uma audiência pública, já realizada, no último dia 5/3, na CDH – Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado Federal, quando por ampla maioria dos presentes foram apontados os vícios constitucionais e legais da matéria, obtendo rejeição unânime. Agora, em parceria com a CLP - Comissão de Legislação Participativa, presidida pelo deputado Fábio Augusto Ramalho dos Santos (PV-MG), o debate se transfere para a Câmara dos Deputados e com a participação do DIAP, DEESE e também da ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, a precarização dos direitos trabalhistas em função das medidas governamentais será exaustivamente debatida.

Para o presidente da CLP, deputado Fábio Ramalho, a comissão é o fórum adequado para não somente se discutir essa questão de capital importância para os trabalhadores, como também para o devido encaminhamento de subsídios e projetos para uma necessária solução do conflito.

Segundo o presidente da CNPL, Carlos Alberto Schmitt de Azevedo, “o principal foco desse debate, no âmbito do legislativo, está em combater a excessiva judicialização das questões trabalhistas, buscando trazê-las para o ambiente parlamentar, de onde devem emanar as soluções para esses problemas”.

Fonte: Assessoria de Imprensa / Comitê de Divulgação CNPL / 2015

Empregador terá de pedir seguro-desemprego para demitido

Para tornar mais rápido o atendimento ao pedido e dar maior segurança às informações sobre os trabalhadores, o Ministério do Trabalho e Emprego determinou que as empresas passem a preencher o requerimento do seguro-desemprego de seus empregados pela internet.

A medida começa a valer na próxima quarta-feira, 1º de abril, de acordo com resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Os empregadores só poderão preencher o requerimento do seguro-desemprego e a comunicação de dispensa de trabalhadores por meio do aplicativo Empregado Web, disponível no **Portal Mais Emprego**, do ministério. A entrega dos formulários impressos, utilizados hoje, será aceita até 31 de março.

Segundo o ministério, o sistema dará maior rapidez à entrega do pedido, além de garantir a autenticidade dos dados, e possibilitará o cruzamento de informações sobre os trabalhadores em diversos órgãos, facilitando consultas necessárias para a liberação do seguro-desemprego.

Fonte: Agência Brasil, 30.03.2015

Fisco determina Novas incidências de IOF sobre as Operações de Contrato de Mútuos

Especialista da IOB|Sage esclarece que imposto passará a ser cobrado também quando o empréstimo for feito via conta corrente

Fundamentado pelo artigo 586 do Código Civil, o contrato de mútuo é o empréstimo de coisa fungível, ou seja, de um bem concreto que se desgasta com o tempo, e consumível ao mutuário. Este por sua vez, deverá restituir ao mutuante coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade. Através do contrato de mútuo, o mutuário que pode ser pessoa física ou jurídica, passa a ser o responsável por todos os riscos do bem emprestado, a partir da data de sua transmissão.

Um exemplo desta modalidade de contrato é o empréstimo de dinheiro realizado pela empresa ao sócio e vice-versa, assim como o empréstimo efetuado entre empresas de um mesmo grupo econômico ou não, que também caracterizam uma operação de crédito. O contrato de mútuo também pode ser firmado no caso de empréstimos de bens como metais preciosos, cereais e outros alimentos, visto que o mutuante poderá ser ressarcido com igual quantia, espécie e qualidade do item, sem prejuízos.

O consultor tributário IOB|Sage, Valdir de Oliveira Amorim, explica que sobre esta operação há a incidência de Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) com aplicação de alíquota máxima de 1,5% ao dia. “Nas operações de mútuo, são aplicadas alíquotas reduzidas de 0,0082% ao dia, para o mutuário pessoa física, e 0,0041% ao dia, nos casos do mutuário pessoa jurídica. Além disso, há ainda uma alíquota adicional de 0,38%, independentemente do prazo da operação, que é aplicada a toda espécie de mutuário”, informa.

Contudo, Amorim ressalta que, de acordo com a Solução de Consulta Cosit nº 50/2015, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 18 de março de 2015, o Fisco definiu que a ocorrência do fato gerador e a incidência do IOF também passará a ocorrer quando as operações de crédito dessa natureza forem realizadas

por meio de conta-corrente, sendo irrelevante ainda a relação de controle ou coligação entre as pessoas jurídicas envolvidas. “Neste caso, se a empresa deve ao sócio e este à empresa, o Fisco entende que há ocorrência do fato gerador e, portanto, a incidência do IOF”, explica o especialista.

Além deste novo entendimento do Fisco, o fato gerador do IOF pode ocorrer nas seguintes situações de contrato de mútuo: a partir da entrega do montante ou do valor que constitua o objeto da obrigação ou ainda no momento em que o mesmo é colocado à disposição do interessado; no momento da liberação de cada uma das parcelas, nas hipóteses de crédito sujeito, contratualmente, à liberação parcelada; na data do adiantamento a depositante, assim considerado o saldo a descoberto em conta de depósito; e na data do registro efetuado em conta devedora por crédito liquidado no exterior.

“A aplicação das alíquotas do imposto ocorre também quando for verificado excesso de limite, assim entendido como o saldo a descoberto ocorrido em operação de empréstimo ou financiamento, inclusive sob a forma de abertura de crédito; na data da novação, composição, consolidação, confissão de dívida e dos negócios assemelhados; e na data do lançamento contábil, em relação às operações e às transferências internas que não tenham classificação específica, mas que, pela sua natureza, se enquadrem como operações de crédito”, explica Amorim.

Fonte: IOB| Sage 01/04/2015

Filiada a :

